

PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOSⁱ

(HERITAGE PROCESSES AND CONSTRUCTION OF TERRITORIES)

(PROCESSUS DE PATRIMONIALISATION ET CONSTRUCTION DES TERRITOIRES)ⁱⁱ

RESUMO

Este artigo foi apresentado pelo autor na Conferência “Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes: connaître pour valoriser”, no ano de 2008 realizada em Poitiers-Châtellerault - França. Faz um amplo apanhado reflexivo sobre a questão patrimonial partindo das formas originais de produção contemporânea, das relações entre o privado e o público, entre o sagrado e o profano, o material e o ideal, o processo de espacialização crescente, as razões de sua proliferação e assim por diante, até chegar à questão da patrimonialização e da territorialização e seu cruzamento envolvendo o papel dos atores sociais.

Palavras-chave: Patrimônio, Território, França

ABSTRACT

This paper was presented by the author at the Conference "Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes: connaître pour valoriser " in 2008. It was held in Poitiers-Chatellerault – France. It performs extensive reflection on the heritage issue, from the original forms of its contemporary production, the relationship between the private and the public, between the sacred and the profane, the material and the ideal, the process of spatial growing, the reasons for its proliferation and so on, to finish with the relationship of heritage and territory involving the social actors' role.

Key words: Heritage, Territory, France

RÉSUMÉ

Cet article a été présenté par l'auteur à la Conférence "Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes: Connaître verser valoriser» en 2008 et a eu lieu à Poitiers-Châtellerault - France. Donne un aperçu de réflexion large sur la question du patrimoine à partir des formes originales de sa production contemporaine, les relations entre le privé et le public, entre le sacré et le profane, le matériel et l'idéal, le processus d'espacialisation croissante, les raisons de leur prolifération et ainsi de suite, jusqu'à la question de la mise en patrimoine et la territorialisation et sa croisement impliquant le rôle des acteurs sociaux.

Mots clés: Patrimoine, Territoire, France

Guy Di Méo

Professor de Geografia da Universidade de Bordeaux. Diretor do Laboratório de Ordenamento, Desenvolvimento, Ambiente, Saúde e Sociedades – ADES (Aménagement, Développement, Environnement, Santé et Sociétés – UMR 5185) do Centro Nacional de Pesquisa Científica (Centre national de la recherche scientifique CNRS – UMR 5185
Guy.dimeo@cnrs.fr

INTRODUÇÃO

Quando se enfoca o patrimônio com um olhar científico, não se pode escapar do exercício arriscado de sua definição. Como tal, se nos debruçarmos para a etimologia da palavra patrimônio, se nos voltarmos para as primeiras menções escritas de seu surgimento em nossa língua, encontraremos-no em vários textos do século XII. Ele designa "*bens de família*", conjunto de bens privados pertencente ao *pater famílias*. Este primeiro significado está sempre em atualidade. Ele impregna a palavra e cria em sua estrutura semântica um duplo desajuste, quase uma dupla contradição. Em primeiro lugar, o mesmo termo não designa, ao mesmo tempo, bens privados que se tem de herança e bens comuns cujos membros de uma mesma entidade (comunidade, nação, etc) seriam coletivamente depositários. Em segundo lugar, não se qualifica da mesma forma e de maneira abusiva, bens concretos que nos são pessoalmente transmitidos e os de grande patrimônio das obras, dos monumentos, dos sítios etc; ou mesmo, cada vez mais, valores e costumes, saberes: patrimônio extenso que funciona em diversas escalas (local, regional, nacional...) como um sistema simbólico gerador de identidade coletiva.

Isso não impede que a referência elementar aos bens e aos direitos do pai, que se herdaram uma vez ou outra, por força de filiação, imediatamente introduza a idéia básica de transmissão intergeracional, significado etimologicamente presente na idéia genérica de patrimônio. Notamos, de passagem, que esta noção de transmissão é hoje essencial para as concepções e políticas de desenvolvimento sustentável. Sabemos que eles são baseados precisamente na qualificação patrimonial do ambiente, no sentido de transmissão garantida e equitativa às futuras gerações, recursos e bens comuns, tanto sociais (bens e valores da civilização) quanto ambientais (recursos bióticos ou abióticos).

O estatuto público ou coletivo de uma série de bens patrimoniais desenha-se, sem dúvida, a partir da Idade Média. Ele emerge a partir de uma concepção geral do patrimônio profundamente inscrito, em sua origem, na esfera privada das famílias e linhagens. Este novo sentido, portanto, estende-se a muitas formas de bens públicos ou, pelo menos, de bens compartilhados por uma grande comunidade de indivíduos. Este é o caso, muito cedo, do "Tesouro Público" ou "*patrimonium populi*", bens de propriedade da Igreja ou aqueles da Cruz... Essa idéia de coletividade, de bens coletivos ampliou-se no século XVIII. Sem perder a sua função privada, conservada ainda em nossos dias, o patrimônio se torna também aquilo que é transmitido a uma pessoa coletiva, o que é globalmente transferido por uma geração à seguinte, às seguintes...

Mais tardiamente e em grande parte metafórica, outra extensão de significado é inerente à própria natureza do que é transmitido. Não se trata somente de bens materiais e de domínios, mesmo com alto conteúdo simbólico, mas também valores puramente ideais, de ideias, de conhecimentos e de crenças, de concepções e de práticas, do know-how (saber-fazer), das técnicas e outros.

Em princípio, nesta atribuição por descendência, individual ou coletivamente, parece que o patrimônio estabelece uma relação vertical intergeracional, uma espécie de viagem no tempo que se perde, inevitavelmente, até às origens dos grupos sociais. Ela afeta, assim, os mitos fundadores de qualquer entidade social construída em um determinado período. Desta forma, cristaliza o afeto coletivo, religioso e sagrado. Escapa, muitas vezes, dos rigores da história em que integra uma memória muito seletiva, em relação a origens obscuras dentro de uma determinada intemporalidade. Em seguida, ele se enriquece, então, de virtudes representadas por uma reprodutividade sistemática e assegurada. Ele adquire um caráter de permanência e eternidade. Ele se assevera de referências intangíveis e de referente emblemático de identidades coletivas,

capazes de transcender o grupo em sua atualidade, o que lhe confere um caráter essencialista às vezes perigoso (politicamente). No total, a partir de um conceito (o patrimônio) de natureza, sobretudo econômica, (bens de família ou bens comuns) e jurídica, desvia-se gradualmente para uma representação de características afetivas e simbólicas, religiosas e sagradas enraizadas no intemporal e no durável.

Falar de patrimônio no contexto de filiação coletiva é colocar o princípio da conservação de bens recebidos por herança (não todos, de fato, uma seleção) em via de sua transmissão. Portanto, o patrimônio mantém a perspectiva de uma projeção para o futuro. Ele contém a possibilidade de um futuro que aumenta a sua característica de questão estratégica: social, cultural, simbólica e, é claro, territorial.

Nota-se que estas observações se aplicam a qualquer coisa porque em teoria qualquer objeto, qualquer fenômeno reveste uma dimensão e contém uma potencialidade patrimonial. Recorda-se a este respeito, que todo Patrimônio resulta de uma estrita produção social ideológica, política ou econômica, para que a ele nos voltemos. No entanto, na realidade, a passagem geracional implica ainda um mínimo de seleção. A formulação de suas regras segue um processo bastante clássico de construção social. É sua definição e suas modalidades de aplicação, mas também a dos procedimentos de salvaguarda, de conservação e de valorização dos patrimônios que chamamos, nestas páginas, de processo de patrimonialização. Por todas estas razões, mas também porque confere uma forte alocação de valor social para as coisas e para eventos, que transforma a construção patrimonial e as formas de seleção dos objetos que as acompanham advindos de critérios variados: econômicos, ideológicos, culturais e políticos.

A patrimonialização e seus processos não são nulamente neutros. De forma geral, observa-se que eles são baseados em uma concepção ocidental, linear e aberta do tempo, que é em grande parte o da modernidade europeia. Neste sentido, a patrimonialização une-se, como já vimos, à ideologia do desenvolvimento sustentável. Nestas condições, a transferência desses conceitos para as sociedades não ocidentais é particularmente delicada. Ela pode ser justamente acusada de imperialismo ou neo-colonialismo. Ela denota, sem dúvidas, a postura pós-colonial, aquela contida no conceito de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO ou, mais importante ainda, na conservação da natureza proposta por muitas ONGs dos países do Norte e que trabalham nos países do Sul.

De qualquer forma, o processo de patrimonialização aplicado a um objeto (coisa, obra, bem, construção, sítio, paisagem, etc.) ou uma realidade ideal (idéia, valor, testemunho, evento, prática, etc.) não tem nada de natural. Esse objeto e essa realidade não são em si. Eles expressam sim, ao contrário, uma atribuição coletiva de sentido (portanto social), que deriva de um princípio de convenções. Este último traduz um acordo social implícito (muitas vezes institucionalizado e territorializado) sobre valores coletivamente admitidos; testemunha tácita de uma inegável identidade compartilhada. Para que haja patrimônio, são necessários processos (sociais no sentido completo do termo) de patrimonialização, sejam das modalidades bens precisos de transformação de um objeto, de uma ideia, de um valor em sua dupla simbólica e distinguido, rarificado, conservado, constituído de certa intemporalidade (mesmo se seja datado, paradoxo?), cuidadosamente selecionado.

O que surpreende neste contexto é o entusiasmo contemporâneo sem precedentes sobre tal patrimônio. É também a patrimonialização (no sentido de uma segunda distinção simbólica) acelerada de objetos, de eventos, de fenômenos, de lugares, por vezes comuns e banais. Nossa hipótese é que essa euforia, este frenesi ilustram a emergência de uma nova necessidade das sociedades. Pesquisas em ciências

humanas e sociais devem abordar duas questões: por que esse aumento da demanda hoje e por que essa diversificação do patrimônio, dos patrimônios apreendidos na figura de sua notoriedade?

Em um primeiro momento, discutiremos aqui os métodos e as formas progressivas dessa incrível expansão patrimonial: ou seja, uma forma primária, e se ainda deseja dos processos históricos de patrimonialização. Num segundo momento, vamos abordar as supostas causas da proliferação dos processos antes de decliná-los. Na verdade, elas não seriam compreendidas sem uma explicitação dos contextos de sua emergência e de seu desenrolar. Já em um artigo anterior (DI MEO, 1995), eu apontei as incríveis afinidades conceituais que podem ser identificadas entre os processos de patrimonialização e os de construção territorial. É verificando a hipótese de uma coprodução dialética dos patrimônios e dos territórios que terminarei esta apresentação.

I – Formas originais da produção patrimonial

Hoje, tudo é potencialmente patrimonial. A tendência ao "tudo patrimonial" como um processo global e como princípio da distinção foi muito progressiva desde o século XIX. Ela se acelerou significativamente a partir dos anos 1980. Ela foi acompanhada, como vimos acima, de uma incontestável ampliação do sentido deste termo, que reflete a multiplicação das coisas, dos lugares e dos fatos designados pela palavra (fenômeno da polissemia). Este enriquecimento semântico ocorre, em nossa opinião, às custas de um processo de deslocamento.

1 – Do privado ao público

O primeiro deslocamento ou transferência não é novo. Ele remonta, sem dúvidas, à Idade Média, certamente, no século XVIII. É a passagem da dimensão privada e familiar, econômica e afetiva do patrimônio, aquele antes encontrado em testamentos e em arquivos notoriais, para a esfera pública e coletiva. Este último tem o significado de coletividades locais e provinciais (ou regionais) e depois nacionais, para aquela formada da Igreja também, enfim, para toda a humanidade, mais recentemente. Esta translação marca o triunfo da dimensão política do patrimônio o seu valor simbólico, e sua função coletiva e social de signo.

Até recentemente (1960 ou 1970), essa mudança referia-se a obras, edifícios, sítios e lugares monumentais ou de interesse artístico e estético, ou, mais recentemente ainda, econômico (por exemplo, a noção de patrimônio industrial apareceu na Inglaterra depois da guerra). Tratava-se, então, de objetos muito distintos, designados com muito cuidado. No entanto, nas últimas décadas, verificou-se que uma segunda grande mudança, curiosamente, uniu algumas formas muito antigas de qualificação patrimonial privada. A simbologia social e, sobretudo, coletiva.

2 – Do sagrado ao comum e ao profano

Esta segunda alteração reflete a mudança do valor simbólico, sagrado e quase religioso, pelo menos aristocrático e soberano (de um monarca ou uma nação). Em qualquer caso, muito distinguidos e distintivos dos grandes totens icônicos (monumentos, edifícios, sítios e grandes obras de arte) para os objetos mais comuns,

banais e quotidianos. A patrimonialização recente dos edifícios industriais entra nesta categoria, mas não é o único. Assim, sobre CAUE, em Dordogne, não foi publicado, há alguns anos atrás, um livro fazendo um inventário das cruzes metálicas, de madeira, de pedra ou cimento e concreto que pontilham as ruas e cemitérios de Perigord? Estes monumentos modestos são elevados ao nível patrimonial. Antes da cruz, lavanderias e pombais, entre outros, tinham sofrido um destino semelhante. De fato, os objetos domésticos não ficaram de fora. Depois de muitas outras consagrações patrimoniais, os mobiliários e os utensílios domésticos, a partir dos anos 50 e 60 não são eles, por sua vez, passíveis de serem promovidos a uma distinção patrimonial, já que eles foram companheiros diários e discretos da nossa infância e da nossa juventude?!

Essa mudança cria um paradoxo ou mesmo uma real contradição. Do ponto de vista de anos após a Segunda Guerra Mundial, a ideia do patrimônio artístico e monumental (como Malraux), tinha perpetuado um princípio exigente, estabelecido no século XIX, de distinção de bens entrando na categoria patrimonial superior (imagem dos mestres de obra em perigo, fermento das identidades coletivas). Agora, o contrário está acontecendo uma vez que este princípio de identidade afeta coisas mais comuns e triviais. Em consequência, uma aproximação tende a ocorrer entre o velho sentido (clássico se preferir) e o novo (pós-moderno) do patrimônio. Um retorno relativo à etimologia privada do termo se desenha. Esta fusão de significados diz respeito a objetos imediatamente contemporâneos ou quase, regularmente transmitidos de uma geração a outra, mas ao mesmo tempo, testemunho de um passado comum e, como tal, muito mais carregado do que o antigo de conteúdo simbólico, de identidade social.

Não é qualquer valor intrínseco desses objetos comuns que faz a sua nova qualidade patrimonial, nem mesmo, necessariamente, suas qualidades estéticas. É sua presença, ainda vibrante, nas representações sociais, aquelas da infância em particular, que qualifica; ainda que muitas vezes os contextos culturais e sociais de sua produção tenham sido brutalmente extintos. Assim, há alguns objetos da indústria Fordista e da sociedade de consumo do Pós-Guerra que foram recentemente injetados no circuito patrimonial. Além disso, a popularidade de tais objetos (patrimonializados) operando em plena capacidade, com uma demanda crescente que desenvolve o mercado. Ela promove o advento do "todo patrimônio" por efeitos patrimoniais que são muito rentáveis economicamente. Veremos que, hoje em dia, o patrimônio dota-se, assim, de uma nova dimensão econômica, que suscita, sem dúvida, sua extensão.

3 – Do material ao ideal

A terceira mudança é aquela que afeta um patrimônio anteriormente feito de objetos, de coisas essencialmente materiais, em qualquer caso estreitamente circunscrito por seu envólucro material, embora, é claro, o seu conteúdo ideal permaneça evidente. Estas referências patrimoniais perdem terreno hoje, especialmente no que tange aos registros simbólicos e coletivos, daquele que é portador de identidade, frente a um patrimônio que é amplamente constituído de realidades ideais e abstratas. Eventos e manifestações sociais, tradições mais ou menos renovadas (festival das luzes de Lyon, por exemplo), músicas, receitas culinárias e produtos de países, técnicas e saberes variados, culturas industriais para o que mantém mais diretamente aqui e outros semelhantes. Esta desmaterialização ou pelo menos, esta transladação (parcial, bem entendida) do patrimônio para manifestações ou produtos de consumo mais efêmeros ou até mesmo valores francamente imateriais. É a imagem que afeta a produção, do real para o virtual. Esta é, sem dúvida, uma marca do pós-fordismo e (talvez?) de uma certa

pós-modernidade, mesmo que essa esta tendência, por vezes, dê a impressão, por exemplo, de mergulhar suas raízes nos movimentos folclóricos do final do século XIX .

4 – Do objeto ao território: uma espacialização crescente

A quarta mudança destaca a extensão espacial dos valores patrimoniais inicialmente reduzidos a objetos, edifícios e lugares de tamanhos reduzidos (exceto, talvez, os feudos, no sentido medieval do termo, ancestrais de territórios também tendem, hoje em dia, para o patrimônio com nomes ou referências coletivas de pertença, de identidade). Doravante, espaços cada vez mais vastos e extensos são de caráter patrimonial sem que eles se tornem, necessariamente, bens comuns ou públicos, sem que eles se façam objetos sistemáticos de uma apropriação e de um uso privado. As regras de classificação e de inscrição, as diversas medidas e procedimentos para a proteção e conservação têm transformado as cidades e comunidades inteiras, paisagens e até mesmo pequenas áreas (parques naturais, nacionais e regionais), bairros urbanos, áreas industriais e marítimas, em áreas patrimoniais protegidas (Lei Malraux, Patrimônio Mundial da UNESCO, etc.). De forma mais ampla, e sem que se note uma institucionalização sistemática deste fenômeno por meio de lei ou outro de dispositivo legal, uma patrimonialização (vívda, representada e não jurídica) dos campos (faixas inteiras de territórios), vinculada à evolução social contemporânea de áreas rurais e de seus usos citadinos pode ser vista nos países do Norte.

Nestes diferentes casos de extensão espacial do patrimônio para função simbólica e coletiva, os poderes públicos continuam a proceder a uma reserva do território. Podemos falar de uma territorialização do patrimônio ou, inversamente, uma patrimonialização dos territórios. É, sem dúvida, nesta nova categoria patrimonial que podem vir a inscrever-se áreas ambientais para proteger-se ou conservar-se. No entanto, elas também participam de uma última forma de promoção patrimonial que vamos agora considerar.

5 – Da cultura à natureza ou, antes, ao ambiente

A quinta observação leva-nos, em efeito, a observar que o patrimônio, até estes últimos anos, integraria principalmente os objetos da cultura. Artefatos produzidos ou poderosamente transformados pela criatividade, pelo trabalho humano, aos quais ajustam-se eventualmente valores estéticos (ou artísticos) e funções simbólicas. Hoje em dia, este status evoluiu. O patrimônio anexa objetos pertencentes à ordem da natureza, mesmo quando é preciso reconhecer que eles resultam, não seria senão em sua designação e sua delimitação, de um processo de qualificação social (em sentido muito genérico e amplo do termo) assimilável, geralmente, a uma fabricação, a uma produção.

Iniciada nos Estados Unidos desde o século XIX, a patrimonialização da natureza não tem parado de crescer nas últimas décadas. Ela atualmente persegue este avanço, graças ao sucesso das temáticas do desenvolvimento sustentável e da proteção, bem como a da conservação do meio ambiente. Alguns movimentos ambientais (ecologia profunda, por exemplo), contribuem para credenciar e dar-lhe uma escala verdadeiramente internacional.

Essas diferenças semânticas refletem a intrusão massiva do patrimônio nas esferas constitutivas dos territórios e da natureza (no sentido do ambiente). Esta intrusão, criadora de novas realidades territoriais, supõe (mas aí voltaremos) uma certa

organização estrutural dos lugares em questão que sem dúvida, é de proposta geográfica. Para dar alguns exemplos, vemos que os domínios (especialmente os castelos, em particular), as paisagens vitícolas e vinícolas assumirão seu pleno significado patrimonial somente no olhar das organizações geográficas mais globais em que participam: A Côte des Nuits ou a Montagne Saint Emilion, mesmo em maior escala ao longo da costa de Borgonha ou da Vognoble Bordelais. Também uma política ambiental e patrimonial conduzida em todo o estuário do Gironde, parece mais consistente e aberta que ações espalhadas ao longo das margens, etc. Da mesma forma, as casas de campo do Sul-Oeste francês, as aldeias de colonização e de controle militar do espaço, construídas segundo um plano muito original nos séculos XIII e XIV, adquirem o seu pleno valor patrimonial e turístico senão sob o olhar das redes geográficas que elas formam e de contextos paisagísticos ou monumentais (abadias e castelos) em que se encontram inseridas. Promotores de turismo estão bem conscientes da oferta de tais circuitos (territórios) com o objetivo de rentabilidade econômica, como vistos é observado para o patrimônio industrial.

Os objetos e os lugares patrimoniais (patrimonializados) contribuem para forjar territórios, fornecendo-lhes alguns símbolos-chave (ainda mais eficazes, em termos de identificação para que eles se inscrevam nas redes de atividades) com esquemas estruturais que subtendem e fornecem a estrutura. Por outro lado, os territórios e as representações culturais que eles produzem, desempenham um papel muito poderoso em toda qualificação patrimonial dos objetos, assim como dos lugares que os marcam e caracterizam. O efeito territorial dá-lhes uma forte dimensão identitária, enraizada na vida e no tecido de suas aventuras, elas próprias constituídas em relatos particularmente significantes.

Quais são, no total, as variadas e complexas razões para essas várias mudanças e transformações semânticas (processos genéricos e evolutivos do patrimônio) registradas pelo conceito patrimonial? Isto é o que vamos agora tentar analisar. Seu conhecimento parece essencial para quem quer conhecer a origem e o significado do processo de patrimonialização, que dependem da mobilização de inúmeros atores coletivos e sociais.

II – As razões da proliferação patrimonial

Por que essa incrível eclosão de novos valores ao longo dos últimos trinta anos? É, *a priori*, tentador colocar esse fenômeno em relação à crise contemporânea dos sistemas sociais e produtivos que afetam, em geral, a partir da mesma data, os países ocidentais. Ora, sabe-se que esta crise reveste-se de muitas facetas. É principalmente uma contestação profunda da modernidade quanto ao sistema de valores e de pensamento, mas também uma crise (concomitante?) nas profundas mudanças da economia e da sociedade. Em termos econômicos, ela desqualifica os sistemas produtivos do passado e alguns dos bens que são relativos. Ela afeta, portanto, tanto as finalidades quanto as técnicas de produção artesanal (o que restaria), industriais e agrícolas. Este é um desafio ao saber-fazer e aos ofícios, bem como aos locais de atuação: oficina (atelier), fábrica.

É em seguida uma crise da política e de suas relações com os territórios, para a sua territorialidade. É igualmente uma crise identitária (Comunitária e Territorial) gerada pelo aumento da mobilidade. A abolição relativa das distâncias (transporte e comunicação modernos, TCI – Tecnologia da Comunicação e Informação) e a crescente confusão entre o mundo real (as realidades materiais, cotidianas) e o mundo virtual das imagens, internet, simulacros e afins. Desafio, portanto, de nossa relação com a cultura,

que se descompartimenta tende a universalizar-se, mas também, por vezes, de forma contraditória, retrair-se. Revisão, por fim, mais ampla, mais geral, de nossa relação com o mundo, com aquilo que chamamos de natureza, ou pelo menos com o meio ambiente.

Para entender os novos processos de patrimonialização em curso, faz-se necessário um retorno pelas razões desta proliferação do patrimônio contemporâneo.

1 – Uma crise global da modernidade?

De fato, até a década de 1970, o patrimônio em sua versão mais oficial e mais distintiva, mais coletiva e pública, mais identitária e simbólica tocando o sagrado, estava ancorada no coração da modernidade. Seus processos de produção social baseavam-se principalmente em valores atemporais e universais, de características estéticas (universalidade do belo) e históricas (para uma entidade social, ocupando um lugar específico em um tempo contínuo imutável, em termos de identificação de nacionalidade e de território ao lado de alteridade, etc.). Eles retinham, sobretudo, critérios de reputação com base na durabilidade e antiguidade. Estas referências a valores universais (cânones estéticos, poder, perícia técnica, historicidade, o contexto do evento, etc.) são traduzidos pela seleção, em nome do patrimônio coletivo das nações, dos grandes monumentos, obras de arte e espaços memoriais legados pela história, ou por aqueles sítios paisagísticos grandiosos, presentes da natureza, ou, mais precisamente, pela acomodação das sociedades humanas.

A partir da Revolução Francesa de 1789, o Abade Gregoire tinha admitido que os monumentos erguidos para a instigação da monarquia e os monumentos da Igreja setiam, agora, possíveis de simbolizar a Nação. Mereciam, deste modo, serem conservados para servir à educação do povo. Na verdade, é através destes monumentos que os franceses, através da educação pública em particular, têm construído e aprendido sua história.

No século XIX, o interesse econômico, sem dúvida, inclinava-se para o vandalismo (recuperação barata de construção e materiais para novas construções). É, portanto, contra esta prática comum que muitas vozes, principalmente as de artistas, historiadores e políticos eram tão altas: Guizot e Thiers, Hugo e Stendhal, Mérimée, nomeado Inspetor de Monumentos Históricos em 1834, etc. O ministro do Interior Guizot havia criado este cargo em 1830. Em 1837, uma comissão de Monumentos Históricos tinha reconhecido, antes que fossem votados na França, em 1887 e, em seguida, em 1913, as leis sobre o inventário, registro ou arquivamento e proteção de monumentos históricos. As considerações estéticas, históricas e identitárias (é necessário ter-se em conta o passado na definição da nação e de seu território, na visão de um destino comum) presidiam para este primeiro processo de seleção e salvaguarda de monumentos nacionais listados para a nobreza e para a Igreja.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Trinta Gloriosos familiarizavam as populações dos países desenvolvidos com uma série de fenômenos que foram rapidamente assimilados à lógica universal e (quase) eternas. Assim, foi sobre o princípio da ascensão social, do progresso científico, do advento de uma sociedade mais justa e igualitária. Em suma, uma semelhança conceitual (mesmo paradigma?) afetava as duas abordagens, a da constituição patrimonial e a da produção de valores sociais.

Com os anos 1970, uma violenta mudança de registo ocorre. A dúvida instala-se quanto à universalidade e à intemporalidade das ideias como valores. Os grandes referenciais teóricos construídos no Século das Luzes, a partir dos séculos XIX e XX (marxismo, estruturalismo, etc.) são pulverizados. Na esfera econômica de produção, o

pós, ou melhor, neo-fordismo substitui os métodos de produção em massa, padronizados e estereotipados. A idéia do pós-modernismo toma forma. Ela se concretiza por uma fragmentação das representações e das convicções sociais, um retorno bastante contraditório ao individualismo, de um lado, para o espírito comunitário do outro; essas duas tendências não são necessariamente antagônicas no comportamento das pessoas.

Face ao declínio do universal, em um mundo desencantado e secularizado, onde nenhum valor se impõe necessariamente (Bourdin, 1984), cada objeto, cada evento, cada lugar parece ter legitimamente uma potencialidade ou mesmo uma reivindicação patrimonial. Em relação às escalas geográficas e às instituições, registra-se um retorno ao local: ideologia, por exemplo, de "viver no país", mas também a descentralização política e administrativa observadas em todo o mundo. Cada lugar, cada país, cidade representada por suas elites ou por segmentos mais amplos de suas populações, desejam destacar-se daquilo que está em seu entorno, de seus vizinhos, de seu esforço para se distinguirem. Às vezes usam todas as peças dos patrimônios locais, a fim de reforçar a identidade coletiva ou de exigir o reconhecimento do lugar considerado por outros. Esta empresa é particularmente ativa em uma situação de concorrência territorial crescente, devido à crise econômica e da reconversão de sistemas produtivos. O patrimônio territorializado torna-se um argumento econômico de primeira ordem. Este argumento não se aplica unicamente à atividade turística. Ele também atua no conjunto dos serviços e da indústria renovada, que procuram agora nos espaços sociais onde essas atividades são implantadas, as externalidades estimulantes: ambiente gratificante, fortes capacidades relacionais de transporte e de comunicação, recursos históricos, culturais, sociais, intelectuais, conhecimento e saber-fazer variados, sistemas dinâmicos de formação, relações flexíveis no trabalho e nos lugares.

Entre estes novos fatores favoráveis à produção e ao desenvolvimento, o patrimônio aparece sob diversas formas, incluindo-se aí o industrial, que em alguns casos ocorre de maneira bastante consistente. As novas governanças locais não se equivocam e colocam-se em evidência pública, por vezes um pouco ostensiva, quando elas não se envolvem em sua fabricação pura e simples. Assim, no caso do departamento de Dordogne, observou-se que nos últimos anos muitas comunidades envolveram-se em uma definição cuidadosa e detalhada de seu patrimônio. Seus representantes políticos não hesitaram em fazê-la, contratando levadas de estudos. Estes últimos têm por tarefa estudar e propor Áreas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico Urbano e Paisagístico servindo de quadro para uma verdadeira encenação patrimonial. Somente para Dordogne, umas trinta comunidades estão envolvidas nesses trabalhos.

Como de costume, essas mudanças sociais que levam a profundas razões estruturais são relevadas por efeitos de mimetismo. Este último, em efeito, contribui em disseminar este novo entusiasmo pelo patrimônio, e isto em suas muitas facetas. Ele se manifesta, entre outras coisas, pela invenção de inúmeras manifestações: "Jornadas do Patrimônio", "Noite Branca" Parisiense, festa Lyonesa "das luzes", etc. Suscitada por esta dinâmica, novas práticas culturais do ambiente também estão surgindo. Elas afetam a maioria das faixas etárias. Em suma, o patrimônio amplia-se, explode, fragmenta-se, torna-se efeito de moda. Sua polissemia e sua complexidade se diversificam. Sua legibilidade social sofre. É cada vez mais difícil de identificar-se, de definir-se. De fato, no contexto do questionamento dos valores da modernidade, outro efeito de moda, quatro circunstâncias adicionais, sem dúvida, tem aumentado a necessidade social do patrimônio. Pode-se globalmente falar, a seu respeito, de mutações e efeitos sociais patrimonogênicos.

Em consequência, o patrimônio torna-se questão social e, mais particularmente, ideológica e política. Diversos autores falam de sua explosão e, por vezes, lamentam, outros perguntam sobre os princípios e os processos de seleção contemporânea do patrimônio. Eles perguntam se as nossas sociedades, ou pelo menos alguns de seus componentes mais modestos e mais dominados, não sofrem com um confisco até mesmo uma proibição implícita do patrimônio, como de sua superabundância. Pode-se evocar neste registo, a destruição das torres e habitações sociais construídas no tempo dos Trinta Gloriosos, quando não se tratava, na Polônia, na Ucrânia ou em Drancy de apagar vestígios do Choa e de seus campos! Clássico, moderno ou pós-moderno, o patrimônio não é instrumentalizado por grupos dominantes para assegurar o seu poder e sua hegemonia sobre a sociedade? Seus processos de criação não objetivam em atender a estes objetivos?

Deve notar-se que a mesma crise de modernidade que contribui para a proliferação do patrimônio, tem um efeito muito semelhante na construção de novos territórios. Os processos são os mesmos: frente ao questionamento dos pertencimentos territoriais próprios da modernidade, amplamente focado no território do Estado-nação, frente ao retorno ao local que se esforça em contrabalançar com a globalização, observa-se a multiplicação de territórios de todas as ordens. Veremos que muitas vezes apoiados por lugares e redes Patrimoniais, estes territórios adotam novas formas e imprimem-se em novos registros humanos como os do social. Eles, então, navegam das realidades mais concretas (políticas e econômicas, ambientais e espaços de práticas) às mais representadas e às mais idealizadas: territórios às vezes abstratos do vivido e do imaginário, territorializados, individuais e outros.

2 – Mutações sociais e efeitos “patrimogêneses”

Quatro fenômenos contemporâneos (supermodernidade?) explicam, em suma, a nosso ver, a urgência de conservar os vestígios do passado. Eles surgem frente a rapidez do desaparecimento destes, também enfrentam uma crise de valores de identidade, da globalização, da ascensão do poder do individualismo e dos desejos crescentes por autenticidade e singularidade que gera.

Na esfera econômica, a crise que começou na década de 1960 levou ao colapso de setores inteiros de atividades profissionais tradicionais. Muitos postos de trabalho desapareceram enquanto outros surgiram. Diversas fábricas, ateliers e entrepostos fecharam suas portas, reduzidos a um estado de ruínas e desolação, restos de arqueologia industrial, antes de ganhar, veremos, suas passagens patrimoniais. Com a experiência que os caracterizam, os sistemas de valores e de conhecimentos, os estilos de vida e comportamentos que os subentendiam foram gradualmente eliminados. Neste contexto, a sociedade tomou consciência da dimensão histórica dessas profissões e destes lugares. Portanto, a crise, para a origem desses declínios levou, a uma nova relação com a história. Atual e frequentemente as profissões dos jovens não são aquelas dos pais. A representação de profundas mudanças ocupa os espíritos. Em face destes saberes e a destas atividades sobre o caminho do esquecimento, há uma urgência em conservar seus traços que se faz presente. Assim, eles se tornam objetos patrimoniais. Trata-se dos saberes-fazeres propriamente ditos bem como as ferramentas que lhes correspondiam e dos contextos nos quais uns e outros expressavam-se e tomavam seu lugar.

Estas mutações profissionais foram a origem de uma crise identitária, rapidamente agravada por uma série de outros fatores. A crise de identidade que se

observa nas sociedades ocidentais a partir dos anos 1960/1970 foi, especialmente para a juventude, a dos movimentos alternativos, de origem mais ou menos antiga ou completamente nova: movimentos feministas, antinuclear, ambientais, anticapitalistas, antimilitaristas, contraculturas. Naquela época, muitos jovens queriam um retorno à terra, uma volta ao passado e para aquilo que eles identificavam como autenticidade. Todas estas correntes singularizaram-se por meio de atitudes de oposição aos valores e as ideologias hegemônicas. No entanto, esses jovens de então formaram as classes médias, ativas e dominantes hoje. Poucos foram aqueles que se juntaram à terra. Em contraste, muitos deles associaram seu destino profissional à das TIC. Seu gosto, senão seu entusiasmo pelo patrimônio se manifestaria por aquilo que o sociólogo Yvon Lamy chamou de uma espécie de “investimento de retorno”, a concretização tanto material quanto ideal de suas aspirações do passado, o sentimento ilusório, mas bem real, de um paraíso perdido.

Outro aspecto da crise de identidade trata com o que chamamos, muito comumente, de Globalização. Na verdade, em todos os lugares sobre o planeta, as esferas da economia, da política, da comunicação e da cultura internacionalizaram-se. Em resposta a esta tendência social muito preocupante, o patrimônio constituído em sua abundância, até mesmo por sua fragmentação, na verdade multiplica oportunidades, as formas e nichos de seu enraizamento. Ele fornece assim refúgios identitários escondidos nos territórios.

Além disso, o patrimônio cristaliza valores culturais (e também econômicos) que não se pode expatriar nem internacionalizar. Não pode, portanto, escapar. Se os políticos, particularmente na França, geralmente lutaram e ainda estão lutando a favor de uma exceção cultural, não é porque querem salvar domínios de singularidade, e, portanto, de legitimidade, no concerto mundial das trocas, das interferências e das mesclagens?

O frenesi patrimonial resulta igualmente, sem dúvida, de uma outra crise cultural ligada à globalização, ao duplo processo de industrialização e de massificação da cultura, das culturas. Diferentemente destas novas culturas de massas veiculadas pelos *mass media* e as indústrias culturais, o patrimônio cria uma mística de único, de autêntico: há uma única abadia de La Sauve-Maior, uma única cidadela de Blaye! O patrimônio encontra-se em suas formas materiais no princípio fundamental da singularidade, do único e do não reproduzível e, portanto, do sistematicamente raro. Ele entra, desta forma, em correspondência com o esforço considerável que todo mundo passa hoje em dia, o reconhecimento de si mesmo, isto é, a definição de sua própria identidade, necessariamente plural. O patrimônio único, lugar ou objeto de reconhecimento apropriado, não facilita essa definição?

É sobre o fundo desse novo contexto, geográfico e político, ideológico, econômico e social, que nascem os processos concretos de patrimonialização que vamos, agora, dar conta.

1 – A tomada de consciência patrimonial

Classicamente, estes processos concretos podem ser reduzidos a seis etapas sucessivas e encadeadas umas às outras. Elas partem da tomada de conhecimento patrimonial para a valorização do patrimônio, passando pelas fases essenciais de sua seleção e justificação, de sua conservação e de sua exposição (Francis e Hirczak Senil, 2006).

Cada um desses momentos supõe a intervenção voluntarista de atuentes e de atores. Eles intervêm também em um contexto histórico (sócio-cultural, institucional, econômico) e territorial bem preciso, onde, sumariamente mais acima, descrevemos os principais aspectos evolutivos e (sobretudo) contemporâneos.

1 – A tomada de consciência patrimonial

14

Enfatizamos, anteriormente, sobre os fatos susceptíveis de desencadear, em uma sociedade histórica e geograficamente localizada, a construção patrimonial. Insistimos, sobretudo, no que pode explicar a sua intensidade e sua diversidade temática.

Parece, em primeiro lugar, que a criação patrimonial emerge, acelera e diversifica, principalmente no curso ou após períodos de intensas crises sociais, sejam de ordens políticas, ideológicas, religiosas, econômicas ou ambientais. Sob estas condições, o impulso patrimonial parece constituir-se um indicador de mudança social que ele acompanha.

Assim, a noção clássica monumental de patrimônio emergiu, nas sociedades ocidentais, como resultado das revoluções burguesas: após Cronwell, no final do século XVII, na Inglaterra; após a Revolução Francesa, no século XIX. Em ambos os casos, a nova sociedade instauraria uma ruptura com as forças do antigo regime, aristocrático e religioso, temporariamente ou de forma mais permanente, para além da esfera política. Ela se amparou em sua propriedade emblemática para legitimar e mostrar, por meio de sua simbologia, que o novo poder estabeleceu-se de forma contínua e com uma afirmação renovada (às vezes de criação) da nação.

Outro trauma coletivo, a Segunda Guerra Mundial e suas destruições massivas de áreas industriais, levou a Inglaterra de 1950 a desenvolver uma representação muito precoce do seu tecido industrial.

O patrimônio em pleno desenvolvimento nos campos e na ruralidade (valores ideológicos, bem como casas, terrenos, ferramentas, antigas instalações, etc) é construído, na sociedade de hoje, sobre os vestígios de uma sociedade camponesa e agrícola em perigo. Por fim, sem a crise rural, ponto do patrimônio rural, somos tentados a afirmar! Além disso, não é um real medo alimentar, relacionados a fenômeno de contaminação, tráfegos diversos, transformação genética e catástrofe sanitária que têm dado ao consumo de produtos locais, cada vez mais patrimoniais (AOC IGP, AS), um forte crescimento?

Vimos que o gosto por antigos ofícios, por objetos comuns de antigamente, por tradições culinárias, por produtos agrícolas de qualidade que caminharia junto com o seu desaparecimento sob a cena profissional ou na vida cotidiana. É um colapso industrial comparável que dá direito à cidade, nos últimos anos, ao patrimônio industrial do qual estamos falando. Nestas condições, não é de se estranhar que o Reino Unido, no início atingido pela crise manufatureira, rapidamente virou-se para a patrimonialização dos testemunhos de uma revolução industrial que havia começado, a criação de complexo de museus em *Ironbridge*, em Severn, no final de 1950. Nos Estados Unidos, a crise precoce das indústrias têxteis da Nova Inglaterra deu luz, da mesma forma, a iniciativas patrimoniais, como em Lowell, um museu de têxteis de Massachusetts. Na França, como em muitos países do Norte, o conceito de patrimônio industrial apareceu mais tarde, na década de 1980, quando as fábricas fordistas fecharam suas portas, onde as antigas regiões industriais tinham muitas vezes destruído e, por vezes, reutilizado seus velhos pousios.

O surgimento de tal patrimônio foi então indissociável da exclusão da classe trabalhadora e os seus saberes-fazer, de seu papel social. Mas ele não traduz, ao mesmo tempo, toda a sua incrível capacidade de resistência ideológica? Tanto mais que a ideologia esquerdista, profundamente enraizada na sociedade francesa, continuou a dedicar alguma reverência mítica para uma classe trabalhadora já extinta ou em vias de extinção.

Essa emergência patrimonial também interveio no contexto de requalificação territorial, que se esforça em fornecer as antigas regiões industriais de novas externalidades favoráveis ao seu (re)desenvolvimento. Neste contexto, a descoberta de um patrimônio industrial que existia nestes territórios e que não foi demonstrado, uma cristalização histórica de saberes técnicos. Não contribuiu para a afirmação da presença (suposta?) de uma mão-de-obra experimentada rompida para a produção e responsável? Não fundaria, ao mesmo tempo, novos espaços culturais ou turísticos? Não fixaria o princípio de uma continuidade das atividades oferecendo-lhes a possibilidade de uma reutilização de locais renovados, portanto o traço indelével de ciclos econômicos antigos e prestigiosos? Como um convite, de qualquer forma, leva a cabo uma tarefa a longo prazo.

Em todos estes casos, a tomada de consciência patrimonial é também aquela de uma página virada e da necessidade de se engajar coletivamente, em uma nova aventura territorial: política, econômica e cultural. É um sinal destinado aos potenciais investidores como aquele das populações locais incentivados a inovar, a encontrar novas atividades. Daí as dificuldades políticas inegáveis frequentemente encontradas pelos promotores de tais iniciativas patrimoniais, às vezes valorizados como verdadeiros empresários da memória, outras vezes considerados como os coveiros humilhados de uma prosperidade jamais perdida.

2 – Jogos dos atores e contexto

Na verdade, não existem processos de patrimonialização sem atores coletivos (actantes) ou individuais. Por outro lado, eles não podem fazer ou fazer quase nada, sem um mínimo de ideologia ambiente, favorável às intervenções patrimoniais (visto acima). No total, o processo de patrimonialização resulta da interação dinâmica e dialética de atores e de contextos, ao mesmo tempo sociais, culturais e territoriais. Embora em muitos casos, os atores, incluindo os isolados (intelectuais, especialistas, entusiastas da arte, arquitetos, professores, acadêmicos e pesquisadores.) possam desempenhar um papel-chave como precursores, iniciadores parciais da patrimonialização e de suas bifurcações temáticas.

Sem entrar nos detalhes destes jogos de atores, pode-se recordar o exemplo de resgate de um notável conjunto siderúrgico: os *Fornos Sloss*, em Birmingham, Alabama. Neste caso, foi o desejo conjunto de engenheiros, ex-trabalhadores e políticos que evitou a demolição da unidade industrial. Ela exigiu a provisão de fundos substanciais liderados por patrocínio de empresas e doações de particulares, ajudas muito raras no contexto francês. Neste último caso, em função do curso sobre o tamanho do bem patrimonial, pouco ou nada é possível sem o apoio da intervenção pública. Em geral, ela vem em auxílio de associações e atores individuais, muitas vezes pobres, mas social e politicamente poderosos (cf. *Maisons paysannes de France*, com os seus 56.000 membros agrupados em 70 associações).

Mas esta ação patrimonial pública conheceu, também, os efeitos da descentralização. Agora as coletividades (comunidade, departamentos, regiões) que têm recebido de forma especial (Lei de 5 de fevereiro de 2002) a responsabilidade pelo inventário e pela classificação de Monumentos Históricos, vem em socorro ao Estado. Este último é representado a nível nacional pela direção do Patrimônio (Ministério da Cultura), e regionalmente, pelos DRAC (Direction Régionale des Affaires Culturelles), bem como pelos arquitetos de edifícios da França. Não podemos entrar em detalhes aqui, e temos de nos contentar em observar que uma variedade de ferramentas para salvaguarda e de valorização do patrimônio têm sido, ao longo dos anos, implementada em variados graus de sucesso e eficiência (rótulo de "País e da cidade da arte e da história", em 1985, ZPPAUP - lei sobre a paisagem, em 1993, polos de economia do patrimônio no próximo ano, etc.). O que também é notável, é que os meios industriais na França, não mostram interesse pela patrimonialização de antigas instalações com características manufatureiras, mesmo que as coisas comecem, pouco a pouco, a mudar. Sob estas condições, os meios financeiros de intervenção são, em geral, cruelmente defeituosos.

3 – A seleção e a justificativa patrimonial

A seleção dos elementos patrimoniais depende fortemente da interação desses diversos atores. Sabemos que não há patrimônio sem seleção de objetos, de edifícios, de lugares, de fatos e acontecimentos que moldem o legado de grupos sociais mais ou menos antigos. Esta seleção ocorre pelo menos em dois níveis: o das grandes escolhas temáticas (grandes edifícios ao invés do pequeno patrimônio construído, por exemplo) e dos objetos mais específicos que se tornarão signos patrimoniais reconhecidos, protegidos, possivelmente valorizados (tal festa ou tal fábrica como outros).

Esta seleção sempre se refere às escolhas da sociedade. Ela reflete a ideologia e algumas vezes a classificação e os interesses sociais dos atores patrimoniais, aqueles que se afirmam enquanto líderes a cena patrimonial. Assim, a salvaguarda de um castelo pode ser parte de um projeto aristocrático e familiar. Em contraste, a museificação de uma antiga mina por intelectuais e ativistas sindicais, antigos trabalhadores, visa o resgate e a preservação da memória trabalhadora. Em todos os casos, a coletividade é que ganha, desde que ela lance um olhar crítico sobre essas ações e que esses esforços levem a uma conservação/ exposição/valorização que envolva todo seu conjunto, com uma visão educativa e de uma cidadania compartilhada.

Antes destas etapas concretas do processo de patrimonialização, a seleção é acompanhada de uma justificativa que pode assumir formas variadas, mas que retornam todas para um modo de discurso sobre as razões e para a seleção particular de tal objeto patrimonial. De fato, a patrimonialização inscreve-se sempre, em um princípio narrativo. Ela conta uma história, mítica ou histórica, às vezes ambos. Ela muitas vezes procura justificar uma causa, para recordar uma memória, para desenvolver uma sequência passada da vida social em uma meta de construção. Trata-se, muitas vezes, de mostrar a grandeza das gerações passadas, próximas ou mais distantes, eventualmente, o sentido de sacrifício que viveram, pelo menos a contribuição que era deles para a nossa própria construção social, a dívida que temos para com eles, o convite que nos fizeram em criar ou produzir (pontos de vista artístico, econômico). É óbvio que tal gênero narrativo participa ativamente da construção social presente em todas as suas dimensões: cultural, ideológica, política, econômica e territorial. Ele também presta-se perfeitamente a inúmeras manipulações. Este é um importante vetor de ideologias;

aquelas que veiculam deste patrimônio que se faça mais ou menos um eco massivo, em função de seus jogos do momento.

4 – A conservação, a exposição, a valorização dos patrimônios

Como as etapas do processo de patrimonialização que acabamos de mencionar, as relacionadas com a proteção, a encenação e a exploração de um objeto patrimonial se inscrevem em um princípio interativo em que devemos manter alguma reprodução linear.

A conservação é, sem dúvida, a base de toda ação patrimonial. Convém, absolutamente, que toda patrimonialização deixe um traço, que seja transmitida e transmissível, que ela tome lugar em uma dinâmica dirigida a partir do passado para o futuro. No entanto, nada é dito sobre a natureza dessa conservação. Devemos preservar o patrimônio no estado, mas em que estado? Tem ele somente um estado inicial detectável, identificável? Deve-se transmitir um patrimônio inerte, sem vida, ou um patrimônio ativo, utilizado pelas sociedades atuais e utilizável, transformável por e para as sociedades futuras? A questão da conservação é interminável. Para responder a todas, admite-se que diversas soluções são possíveis: do respeito absoluto de um elemento patrimonial à sua reinterpretação por sociedades sucessivas, no respeito a seu espírito, o todo de suas formas, mas não forçosamente de suas funções. Mantem-se também, provavelmente com a reserva de precaução, a ideia de uma reinterpretação artística, arquitetônica ou urbanística de uma herança: ótica, por exemplo, de arquitetura pós-moderna e algumas formas de arte contemporânea.

A exposição de qualquer patrimônio parece inevitável. Para qual motivo serviria a conservação de um bem ou um objeto que nunca seria mostrado? Se recusa-se assim a sua exposição, então pode-se imaginar uma simples conservação virtual dos objetos patrimoniais. Claro, a exposição pode estar sujeita a modalidades diferentes, dependendo das circunstâncias e restrições técnicas ou financeiras. Uma imagem de Lascaux pode envolver um fac-símile da obra original, para conservá-la ao abrigo da luz e da respiração humana. Refletido em uma construção moderna, o signo patrimonial pode, no entanto, encontrar uma nova expressão por causa de sua recriação contemporânea. Construído pelo mesmo grande arquiteto contemporâneo, Rogers, neste caso, o forte de Hâ, em Bordeaux, tornou-se um tribunal, ou a entrada do antigo edifício dos Lloyds da Câmara Municipal de Londres, integrado à torre do bairro comercial, propriedade de famosa companhia de seguros, estão neste caso.

Estes exemplos destacam que em termos de exposição e recuperação associado do patrimônio, aspectos sociais, artísticos e, por vezes, ideológicos (ver a obra de Viollet-le-Duc), especialmente técnicos, econômicos e financeiros, inegavelmente, entram em destaque. Hoje mais do que nunca, a seleção e a conservação dos patrimônios, o entusiasmo mesmo que suscitam, revelam incontestáveis razões econômicas. O pós-fordismo, estabelecendo novas externalidades territoriais em torno da empresa e dos campos produtivos que gera, tem contribuído mais do que qualquer outra causa histórica para a proliferação patrimônio contemporâneo. Será que oferecem novas possibilidades de recuperação de tais bens, através das ações de desenvolvimento territorial e *clusters* de hoje em dia?

Diferente do conceito mais antigo do patrimônio monumental, o de patrimônio industrial repousa sob critérios que não são apenas estéticos. A estes, tornados minoritários, juntam-se, para qualificar o patrimônio industrial, aqueles de funcionalidade, na linguagem dos materiais, das relações entre fábrica e os lugares de habitação, os territórios. Os interesses econômicos se amparam também, dos tecidos e

dos estabelecimentos industriais tornados patrimônio. Alguns deles (por exemplo, London Docklands) transformaram-se em bairros aburguesados (gentrificação) ou imóveis de negócios (estabelecimentos de chocolates Menier em Noisiel, agora sede da empresa Nestlé), outros entram em programas muito valorizados de arquitetura pós-moderna. Em todos os lugares, de fato, o patrimônio industrial selecionado, conservado, exposto e valorizado põe em cena hierarquias, as diferenças e as dependências sociais. Ele também lembra o poder, às vezes o imperialismo dos países industrializados, mas também as lutas sociais que marcaram sua história. Ele traz a marca de um gerador de classes sociais modernas e, em alguns aspectos, criador do colonialismo.

Mas o patrimônio industrial não é apenas o único, hoje, a desempenhar tal papel econômico manchado de ideologia, Denis Chevalier observou que o conjunto do patrimônio, “a sua valorização, mesmo sua mercantilização” são hoje “uma alavanca essencial para o planejamento e desenvolvimento dos territórios”. Conhece-se a importância das valorizações turísticas do patrimônio. Outras fórmulas estão comprometidas em fornecer produtos de origem certificada, por vezes organizados e vendidos em “cestas”. Trata-se de um verdadeiro buquê de bens de consumo, enriquecido de um valor patrimonial (ideologia) e constituindo uma espécie de rede territorial de produtos. Assim, a função patrimonial confere uma mais-valia incontestável que os recursos territoriais pretendem construir. Ela contribui mais amplamente na edificação de territórios que, por sua vez, geram a justificativa patrimonial.

IV – Patrimônios e territórios: uma co-construção dialética?

Nestes casos remarca-se que patrimônio e território oferecem importantes correspondências e aqui, pelo menos, em dois domínios.

Um e outro, por exemplo, não têm eles, uma dupla natureza material e ideal, com tendência crescente em ambos os casos, e ao longo do tempo, para testemunhar uma inegável desmaterialização, de uma mudança do concreto para o abstrato, em alguns aspectos, para o imaginário? Além disso, não se reúnem, conjuntamente, uma função mnemônica federadora e identitária para os corpos sociais e os indivíduos que lhes constituem? Ambos são primeiro do tempo e da memória selecionada e concentrados, às vezes imergindo no mito, misturados em todo caso em inevitáveis espacialidades, objetivas ou virtuais. Todos inscrevem conjuntamente os grupos sociais em uma continuidade histórica cuidadosamente articulada e cortada que contribui em singularizar. Eles desembocam no mesmo registro: o dos fatos culturais, produzidos e gerados pelas lógicas sociais, elaboradas na duração e modeladas por circunstâncias variadas (econômica, política, ideológica, ambiental.).

Uma segunda razão refere-se ao estreito entrelaçamento das funções, dos efeitos patrimoniais e territoriais na formação dos laços espaciais próprios de cada indivíduo ou para todo o grupo. Ela reside também na necessária tomada de conta dessa geminação (patrimonialidade e territorialidade), fundadora dos laços significativos, ainda que seja questão de assegurar e de validar procedimentos do desenvolvimento local ou de qualificar seus produtos sobre o mercado.

1 – Do patrimônio ao território: lugar dos objetos, dos lugares e das paisagens

Como o território, o patrimônio não existe a priori (Leniaud, 1992). No entanto, qualquer espaço pode ascender, em algumas condições semelhantes, à categoria de

patrimônio e/ou território. Em ambos os casos, o percurso e os processos são bastante semelhantes. Estudamos acima os processos de patrimonialização. Encontram-se nos dois a territorialização, estágios quase análogos de definição e de seleção (delimitação ou singularização para o território), de exposição (nominação e representação) e recuperação. Para a patrimonialização, assim como para a territorialização, esses processos passam pela mesma etapa "de adoção", depois o "grupo que se apropria (do território ou do patrimônio), não somente compreende o significado, mas também se identifica através dele" (Leniaud, 1992).

Esta proximidade dos dois conceitos é, provavelmente, a sua origem no duplo esforço progressivo da patrimonialização do espaço e da espacialização do patrimônio, que já mencionamos. Na verdade, esta dupla relação dialética não é imutável, no longo período histórico. Patrimônio e territórios experimentam processos de produções às vezes conjuntos, às vezes distintos. É assim que a noção pré-moderna do patrimônio é mais construída no cadinho do grupo social de base (família, linhagem) do que naqueles grupos de um espaço em que, de qualquer modo, ficava confinado o patrimônio, principalmente em suas formas limites territoriais da localidade (paróquia, cidade) ou província (feudo).

É, sobretudo, com instauração da modernidade que o processo de sobreposição do patrimonialização e da territorialização tende a operar. As concepções (ideologias) modernas insistem efetivamente na harmonia social em sua relação ambiental. Isto é evidente, em particular, nas performances artísticas (pintura de paisagem) que foram inventadas pelo Renascimento italiano do século XV. Esta preocupação será particularmente evidente na pintura de paisagem francesa do século XVII (Le Lorrain, Poussin, etc.) inspirada pela Itália. As ruínas, os palácios inventados, os patrimônios do passado (especialmente antigos), entram então no equilíbrio das composições paisagísticas arcadianas propostas. O ambiente dessas paisagens pictóricas faz, sem dúvida, o território: são, em particular, vilarejos e comunidades rurais. A partir do século XVIII, e mais ainda, do XIX, os objetos patrimoniais, especialmente monumentos, participam da construção do território nacional, relacionados entre si pelos filhos dos discursos histórico e literário. As grandes paisagens nacionais erigidas como patrimônio (Mont -Saint- Michel, Rocamadour, Mont Gerbier de Rush, Sena Les Andelys dominada pelo Château- Gaillard) virão rapidamente ao socorro dos monumentos, especialmente quando a ferrovia abre seu caminho para o turismo.

Vimos como, nas últimas décadas, a modernidade está em crise (ver segunda parte da contribuição). O advento da pós-modernidade toma seu lugar, trazendo concepções mais fragmentadas, fragmentárias, polissêmicas, banais, locais, próximas e múltiplas, do patrimônio e do território. Estas tendências andam de mãos dadas, assim como nós temos observado, com a espacialização, mas também, e um pouco contraditoriamente, com a crescente abstração tanto do patrimônio como do território. O primeiro, através de suas muitas múltiplas formas, encontra um vasto campo de inscrição e de enraizamento em inumeráveis territórios renascidos ou inovados, localidades muito mais globalizadas e ideais, de imaginário (individual e coletivo).

A patrimonialização (atribuir um valor e um sentido coletivo de pertença comum) afeta cada vez mais objetos que se revelam, portanto, geradores de território nos espaços onde estão ou em redes mais móveis que lhes acolhem. Em Le Havre, a redescoberta patrimonial da cidade do arquiteto Auguste Perret, cidade esta reconstruída após a destruição da Segunda Guerra Mundial, finalmente, dá uma realidade urbana distinta e vivida, territorial, logo, para uma aglomeração havrense, uma vez incorporada à urbanização indistinta do baixo Sena. Em Bordeaux, a inscrição da cidade no

Patrimônio Mundial da UNESCO pode reposicionar o centro e a cabeça de uma área urbana, na qual sua liderança foi recentemente contestada.

Assim, a patrimonialização criada redefine ou reforça os territórios. Ela não cria um único princípio da centralidade necessariamente abundante por seus méritos. Às vezes, é a partir das margens do território em construção que a patrimonialização exerce seus efeitos territoriais. Esta ideia foi especialmente verdadeira na Inglaterra, Alemanha e Irlanda. Neste último país, são as paisagens patrimoniais (pintura, fotografia) da costa oeste varrida pelo vento, com suas pradarias rasas, muros de pedra, muretas de pedras secas e casas baixas caiadas de fresco assume a posição de ícone nacional, símbolo territorial para todo o país.

A patrimonialização age também atuando com a eficácia das lógicas em rede. No departamento francês de Lot-et-Garonne, a malha formada pelo patrimônio medieval, particularmente numerosa e densa, à margem direita do Lot, dá nascimento ao país (território) turístico de mesmo nome. Este último ultrapassa amplamente departamentos vizinhos. Este ainda é o caso de Gironde, em que mostramos que a representação territorial de um país / território do Entre-Deux-Mers está ancorada entre Dordogne e Garonne, sobre o sistema triplo de rede patrimonial (esquema estrutural), castelos (medievais e vinícolas mais recentes), mosteiros e casas de campo erguidos no norte da Guyenne.

Outros exemplos também mostram como o patrimônio industrial revela-se um agente de territorialização particularmente eficaz. Sabe-se que as indústrias de mineração e fordistas são muitas vezes organizadas: devido à sua instalação em recursos localizados de energia, matérias-primas ou de mão-de-obra em regiões geográficas relativamente compactas: Norte carbonífero, Lorena Siderúrgica, Vosges têxtil e outras. A patrimonialização de alguns desses sítios mineiros ou de fábricas fechadas criou laços de redes territorializados muito reconhecíveis e muito ativos. Assim renasce um país mineiro de Saint-Étienne, território patrimonial representado, principalmente, em torno dos vestígios manufatureiros e mineiros, eles próprios considerados como elementos patrimoniais. Nós já discutimos o potencial impacto econômico de tais dispositivos coconstrução do patrimônio e do território. Algumas dessas iniciativas parecem prometer um futuro brilhante. Considere, por exemplo, as "cestas" ou "pacotes de bens de qualidade", combinando produções locais padronizadas, desfrutando designações patrimoniais turísticos: azeite de oliva AOC de Nyons e derivados, vinho do país, óleos essenciais, limão e lavanda, descoberta associada com velhos terraços de oliveiras e de espaços protegidos em Baronnies e Drôme (Lacroix, Mollard, Pecquer, 1998).

As paisagens dotadas de funções patrimoniais interpretam igualmente um jogo territorial muito eficaz. É em torno das paisagens icônicas, patrimonializadas pela difusão de imagens (pinturas, gravuras, fotografias, relatos) e pela frequência turística, mas também pelas políticas de proteção e salvaguarda a que estão sujeitas, que se cristalizam o número de representações territoriais. Sabe-se qual papel jogam as paisagens dos parques naturais do oeste americano (patrimônio natural nacional) para a construção de uma identidade territorial da nação. Na França, as grandes paisagens regionais, elevadas à classificação de patrimônio pelos selos postais, livros escolares e calendários dos correios antes, de se tornarem clichês de televisão, foram ferramentas ativas da construção ideológica de uma nação enraizada em seu território.

2 – Patrimonialização e territorialização cruzadas: o papel dos atores

Assim, os objetos, bens, serviços, eventos, monumentos, locais e paisagens patrimoniais, organizados ou não em rede ou "cesta", confirmam a sua capacidade de

produzir uma variedade de modos de território: políticos, econômicos, ideológicos e memória. O seu papel como uma ponte entre o patrimônio e território mobiliza às vezes sistemas complexos de atores. Mas sabemos que territórios se afirmam como formas sociais do espaço mais aptos a suscitar vocações e funções (associativas, políticas, mais raramente econômicas) dos atores, assim como constituí-los em verdadeiros sistemas de ação, animados de uma intencionalidade e de projetos comuns (Di Meo, Buléon, 2005). Sob estas condições, pode-se supor a hipótese de que a descentralização ajuda o país em conjunto, melhor do que qualquer outra figura do espaço social, as vontades mais comprometidas com a produção de mais-valias patrimoniais.

Pode-se constatar, na primeira parte deste texto, que o processo de patrimonialização repousa sobre estratégias de atores cada vez mais centrados sobre escalas regionais e locais do espaço geográfico. É realmente nesses níveis espaciais, impulsionados por políticas de descentralização do governo e do renascimento das culturas locais, que os atores recrutam-se para as necessidades da vida associativa e política. É também a este nível que na maioria das vezes, agem organizações empresariais que oferecem produtos de qualidade vindos da agricultura, da pecuária, dos serviços turísticos e dos lazeres, da animação territorial ou das transformações contemporâneas do artesanato e da indústria. Nessas condições, não é de admirar que os chamados atores e seus sistemas de ação sejam os construtores particularmente ativos dos valores patrimoniais e realidades territoriais que fornecem uma base para o seu poder, o seu negócio. Especialmente porque eles aprenderam que a ação em favor da cultura pode ser uma poderosa alavanca para o desenvolvimento, e que é a melhor maneira de estabelecer a autoridade local para enriquecer a sua reputação, ou para lhes oferecer promoções atraentes em escalas superiores as do território.

São esses atores que conseguem no centro dos territórios da localidade, com a ajuda de representantes do Estado, os processos genéricos da patrimonialização que analisamos na terceira parte deste artigo. Esses são os mesmos atores, provenientes de territórios (principalmente políticos), que reforçam a imagem territorial com a ajuda dos valores patrimoniais, cada vez mais popularizados e espacializados, que têm produzido, ou pelo menos, consolidado. Esses atores definem o território como o “patrimônio”, são eles os seus pares que o (re) cortam e qualificam, uma vez que já selecionaram os elementos patrimoniais. Então, eles se encontram em processo de dupla exposição (nominação, produção de narrativa e imagem) e recuperação territorial (econômica ou não). Uma maneira de colocar-se pessoalmente em cena e de promover, ou simplesmente, de assegurar a reprodução de seu poder.

CONCLUSÃO

O patrimônio, ou melhor, os patrimônios, como a sua diversidade, correspondem a construções sociais complexas e voluntaristas, realizadas em contextos de tempo e territórios muito específicos. Existem, hoje, ainda que se fale de “excesso” ou “abuso patrimonial”; mas conviria também assinalar que inúmeras amnésias patrimoniais têm significado, uma ampla gama de objetos, de obras, de lugares e de territórios, de paisagens e de eventos, de fatos e saberes de culturas específicas que ganharam esse estatuto. Patrimônio que fez a sua aparição em sua dimensão pública de bem comum distinto, carregado de valores simbólicos (por vezes até ao sagrado) e de afeto, essencialmente no século XIX e particularmente se enriqueceu no curso das últimas décadas. Assim, recentemente, ampliou-se o número de edifícios, instalações e culturas industriais que uniram-se a ele, esta conferência é testemunha.

As razões para este sucesso são a utilidade social do conceito cada vez mais flagrante do patrimônio. Reconhece-se de longa data, especialmente desde o século XIX, as virtudes identitárias de um patrimônio monumental e onomástico que serviu de símbolo mobilizador e vetor educacional para jovens nações da Europa e da América. Esta função não tem diminuído hoje. Assim, o Estado de Singapura concentra-se sobre seus patrimônios do período britânico. Eles tendem a passar como se fossem sua herança original, a fim de dar identidade a uma cidade internacional, evoluindo em uma esfera da globalização onde domina a cultura anglo-saxônica. Na Palestina, a memória do patrimônio local é invocada como convicção política de uma nação capaz de reunir uma comunidade que tende a se decifrar. Outros exemplos poderiam facilmente ser fornecidos, todos tenderiam a provar que o patrimônio em suas diversas formas, é um instrumento político e ideológico eficaz, fator de agregação social e de territorialização.

O patrimônio é um discurso, ele é parte de um princípio narrativo (por isso ele precisa de narradores), que conta os mitos de origem, que descreve os épicos fundadores e momentos históricos de um grupo ou território. Ele confere à toda realidade social uma consistência temporal (duração) e espacial. Ele a convida a projetar-se para o futuro, formular um projeto coletivo. Como tal, os objetos patrimoniais estão se tornando cada vez mais uma dimensão econômica importante que agora interfere com a noção de valor patrimonial. O patrimônio comum de uma região ou de um país fez, nas últimas décadas, a sua entrada no mercado. O ordenamento e a requalificação (pós-moderno ou não) de tecidos antigos salvaguardados ou de velhos prédios monumentais contribuíram à sua maneira. Eles são muitas vezes feitos de edifícios, lugares e paisagens patrimoniais, agentes ativos de uma valorização crescente das promoções imobiliárias de todas as ordens. A voga atual que reconhece produtos de qualidade, especialmente da agricultura, confere aos patrimônios sítios e métodos de produção, como dos bens livres, um valor de recurso territorial valioso para políticas de desenvolvimento local.

Neste contexto, o que está em questão é como se opera a “alquimia do patrimônio” Como um bem privado, ou público, ou qualquer fenômeno se tornam objetos patrimoniais. Esta contribuição se esforçou em analisar o processo de patrimonialização. Ela o considerou em duas escalas de tempo: a primeira em sua dimensão e gênese histórica, depois em sua edificação processual atual. Em ambos os casos, verificou-se que esses processos selam a aliança de diversos atores (públicos e privados), muitas vezes precursores, e de contextos sociais ideológicos, políticos, econômicos e territorializados. É pelo efeito dialético entre essas duas lógicas (holismo e individualismo) frequentemente fusional que avança, levando com esforço, ao longo do tempo a uma produção patrimonial muito ativa. Finalmente, tendo em conta a relação estabelecida entre essa produção patrimonial e as grandes crises que afetam as sociedades, poderíamos parafrasear Nietzsche. A patrimonialização consistiria então, no desencadeamento dionisíaco que golpeia periodicamente as sociedades e acompanha, às vezes, o traumatismo das sucessões geracionais, dos momentos, dos espaços e dos objetos privilegiados da calma apolínea do eterno retorno.

O processo de patrimonialização leva a uma intensa produção de territórios, principalmente a partir da introdução da modernidade europeia na época do Renascimento. No século XIX, esta construção territorial é feita principalmente a nível nacional. Desde a entrada da crise da modernidade, ele utiliza os recursos patrimoniais vivos, enquanto se fragmenta consideravelmente. Nessa dinâmica, ainda casa formas de espaços compondo-se de espaços contíguos, mas não negligencia as estruturas territoriais em redes, nem aquelas envolvidas no virtual, no imaginário, do hipertexto,

de um vivo topológico tornado dominante por um número crescente de habitantes do planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdin A. (1984), *Le patrimoine réinventé*, Paris, PUF, coll. Espace et liberté.
- Daumas M. (1980), *L'archéologie industrielle en France*, Paris, Laffont.
- De Roux E. (2000), *Patrimoine industriel*, Paris, Éditions SCALA.
- Di Méo G. (1995), « Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle », *Espaces et Sociétés*, n° 78, p. 15-34.
- Di Méo G., Buléon P. (2005), *L'espace social*, Paris, Armand Colin, coll. U. Dorel-
- Ferré G. (dir.) (2004), *Habiter l'industrie, hier, aujourd'hui, demain*, Actes du colloque de Troyes de mai 2001, Cahier de l'APIC, n° 4, SCEREN.
- Dorel-Ferré G. (2007), « identifier, inventorier, classer », *Historiens et Géographes*, n° 398, p. 115-136.
- El Kadi G., Ouallet A., Couret D. (éd.) (2005), « Inventer le patrimoine moderne dans les villes du Sud », *Autrepart*, n° 33.
- François H., Hirczak M., Senil N. (2006), « Territoire et patrimoine : la co-construction d'une dynamique et de ses ressources », *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n° 5, p. 683-700.
- Lacroix A., Mollard A., Pecqueur B. (1998), « Politiques de développement et rente de qualité territoriale des produits alimentaires », colloque *Gestion des territoires ruraux sensibles*, Cemagref-Engref, 27-28 avril, Clermont-Ferrand, 15p.
- Lamy Y. (éd.) (1992), *L'Alchimie du patrimoine*, Pessac, Éditions de la MSHA.
- Leniaud J.-M. (1992), *L'utopie française. Essai sur le patrimoine*, Paris, Éditions Mengès.
- Rautenberg M., Micoud A., Bérard L., Marchenay P. (éd.) (2000), *Campagnes de tous nos désirs, Patrimoines et nouveaux usages sociaux*, Paris, Éditions de la MSH.

Notas Finais

ⁱ Artigo publicado originalmente em: L'archive ouverte HAL-SHS (Sciences de l'Homme et de la Société), 2008. Manuscrito do autor publicado no Colóquio "Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes": connaître pour valoriser. France, 2007. Disponível em: <http://hal.inria.fr/docs/00/28/19/34/PDF/PatrimonialisationterritoiresPoitiers.pdf>.

ⁱⁱ Artigo traduzido por Raimundo Freitas Aragão